guidade de tenente do oficial que lhe ficar imediatamente à direita e não servirão de base para qualquer equiparação.

Curso feito segundo a organização da Escola	Antigo corpo de estado maior	Armas				
		Engenharia	Artilharia		Cavalaria	Infantaria
			Fé	Campanha		
Decreto de 24 de Dezembro de 1863 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 54)	2	1	3		6	6
Decreto de 30 de Setembro de 1891 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 29)	-	2	3		6	6
Decreto de 30 de Outubro de 1892 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 29)	-	2	3		5	5
Decreto de 23 de Agosto de 1894 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 19)	-	1	2		5	5
Lei de 13 de Maio de 1896 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 10)	-	1	2		3	3
Lei de 13 de Setembro de 1897, artigo 22.º (<i>Ordem do Exército</i> n.º 12)	-	-	-		3	3
Lei de 13 de Setembro de 1897, artigos 1.º e 3.º (<i>Ordem do Exército</i> n.º 12)	-	1	2		5	5
Decreto de 19 de Agosto de 1911 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 18) (1)	-	1	1	5	5	5
Decreto de 19 de Agosto de 1911 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 18) (2)	-	2	2	6	6	6
Decreto de 4 de Abril de 1916 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 5) (3)	-	3	3	6	6	6
Decreto n.º 5:787-4 U, de 10 de Maio de 1919 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 16)	-	1	1	5	5	5
Decreto n.º 12:704, de 25 de Outubro de 1926 (<i>Ordem do Exército</i> n.º 6, de 1927)	-	1	2		4	4

(1) Incluindo os cursos terminados em 1915-1916.

(2) Aos que concluíram o curso do 2.º semestre de 1916 junta-se o algarismo a partir de 1 de Dezembro de 1916.

(3) Junta-se o algarismo a partir de 1 de Dezembro dos anos em que concluíram os cursos.

§ 1.º Para a elaboração deste quadro, que substitui o disposto no § 3.º do artigo 463.º da organização do exército de 1911, teve-se em vista fixar como data para o posto de tenente, para todas as armas e o antigo corpo do estado maior, oito anos após a terminação do curso liceal.

a) Os oficiais não habilitados com os cursos a que se refere o presente artigo 8.º e pertencentes às armas de infantaria e de cavalaria serão considerados tenentes da mesma data que o alferes habilitado com o respectivo curso colocado imediatamente à direita na intercalação inicial. No caso de em qualquer ano não haver curso daquela Escola com que intercalem, contarão a antiguidade do posto de tenente que contaria o curso desse ano com o qual deveriam intercalar;

b) Os oficiais dos quadros auxiliares dos serviços de artilharia e de engenharia contarão a antiguidade do posto de tenente do dia 1 de Dezembro do ano que se obtém juntando quatro àquele a partir do qual foram considerados alferes.

§ 2.º A aplicação do presente artigo 8.º não pro-

duz qualquer alteração nas actuais escalas dos oficiais das diversas armas, devendo os oficiais a quem nos termos do mesmo artigo competir uma antiguidade superior, no posto de tenente, à do oficial que está imediatamente à direita, naquelas escalas, contar a mesma antiguidade destes últimos no referido posto.

§ 3.º A antiguidade à qual se refere o presente artigo 8.º e seus parágrafos é aplicada para os efeitos de promoção e para contagem de antiguidade relativa entre os oficiais.

§ 4.º Os oficiais a que se referem as alíneas a), c), d) e e) do § 4.º do artigo 15.º do decreto de 25 de Maio de 1911, modificado pela lei n.º 798, de 31 de Agosto de 1917, ficarão adidos aos quadros do serviço do estado maior se na sua arma de origem não tiverem ainda atingido o posto que adquiriram no serviço do estado maior, regressando a esta quando nela tenham atingido aquele posto e não devam ingressar no corpo do estado maior.

§ 5.º A escala geral de antiguidade dos coronéis das diferentes armas e do corpo do estado maior para a promoção a general, nos termos do artigo 13.º do decreto de 25 de Maio de 1911, é feita segundo a antiguidade no posto de coronel, quer tenham ou não sido promovidos por vacatura e preencham ou não lugar nos quadros, com excepção dos graduados e daqueles a quem se refere o parágrafo anterior, que ainda não tenham atingido o posto na sua arma de origem, sendo para estes a antiguidade do posto de coronel, para os efeitos deste artigo, da data em que o atingiram na arma.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 3 de Maio de 1928.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—José Vicente de Freitas—José da Silva Monteiro—António de Oliveira Salazar—Júlio Ernesto de Morais Sarmiento—Antibal de Mesquita Guimarães—António Maria de Bettencourt Rodrigues—José Bacelar Bebiano—Duarte Pacheco—Joaquim Nunes Mexia.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

2.ª Secção

Decreto n.º 15:449

Tendo a Junta da Moeda de Angola informado o Governo de que está habilitada a efectuar a substituição da moeda que actualmente circula na referida colónia pela nova moeda expressa em angolares, criada pelos decretos n.º 12:124, de 14 de Agosto de 1926, e n.º 14:921, de 20 de Janeiro de 1928;

Tendo em vista o valor médio da relação entre o escudo de Angola e o escudo da metrópole;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de

1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro das Colónias e em harmonia com o disposto na base III do referido decreto n.º 14:921:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º A partir do dia 1 de Julho de 1928 será posta em circulação na colónia de Angola a nova moeda expressa em angolares; criada pelos decretos n.º 12:124, de 14 de Agosto de 1926, e n.º 14:921, de 20 de Janeiro de 1928.

Art. 2.º A troca das cédulas e moedas expressas em escudos de Angola ou suas fracções por angolares ou suas fracções será feita na proporção de 80 unidades da nova moeda angolares por 100 unidades da moeda antiga (escudos de Angola).

§ 1.º Nos cálculos de conversão serão desprezados os milésimos até 4 (Ag. 0,004) e substituídos os milésimos

em número igual ou superior a 5 (igual ou superior a Ag. 0,005) por \$01 (Ag. 0,01).

§ 2.º Nas quantias a pagar ou a receber pelo Estado, o número de centavos que resultar da conversão será arredondado para o múltiplo mais próximo de \$05 (Ag. 0,05).

Art. 3.º A partir do dia 1 de Julho de 1928 cessará o curso forçado das notas do Banco de Angola, sendo este obrigado a trocar, à vista, por moeda de Angola as notas que lhe forem apresentadas para esse fim.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 7 de Maio de 1928. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Bacelar Bebiano.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.